**ITINERÁRIOS DE PESQUISA SOBRE POLÍTICAS HABITACIONAIS E DESLOCAMENTO URBANO: A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS**

**Questões teóricas e metodológicas do desenvolvimento**

**RESUMO**

O trabalho apresenta uma reflexão sobre o itinerário teórico-metodológica percorrido por uma equipe de pesquisa, ao desenvolver uma investigação sobre o processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média do Rio Grande do Sul. Buscamos refletir, sobretudo, a respeito da vinculação intrínseca entre a construção da problemática de pesquisa e a forma de planejamento e de operacionalização da investigação empírica. Nesse sentido, indicamos como o próprio itinerário da pesquisa desvela problemáticas que abrem espaços para novas possibilidades de investigações empíricas, ressignificando a própria compreensão teórica sobre deslocamento urbano e o experienciar urbano. Indicamos, a partir dos caminhos teóricos e metodológicos percorridos e como uma questão recorrente de pesquisa, que a relação entre o planejado e o vivido interfere na constituição dos territórios de moradia das populações de baixa renda das cidades brasileiras.

**ASPECTOS METODOLOGICOS , RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Num primeiro momento, o objetivo de pesquisa estava dirigido à compreensão dos efeitos do deslocamento urbano, para famílias de baixa renda, provocados por políticas habitacionais. Buscávamos investigar as mudanças nas vidas dos beneficiários da política, em especial no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais.

Porém, tínhamos consciência que os estudos sobre implementação de políticas públicas no Brasil, já a partir dos anos 2000, indicavam diversos fatores, presentes na execução da política, que podem contribuir para a (re) produção de desigualdades. Não é mais possível afirmar que a implementação seja o elo perdido da análise de políticas públicas, embora ainda muitos estudos não utilizem o acúmulo teórico produzido pela literatura sobre implementação, restringindo-se a indicar que será feita uma análise sobre a implementação de uma política em determinado município ou região (LOTTA; COSTA, 2020). De uma forma ampla, pode-se afirmar que analisar a política como ela é de fato significa compreender os múltiplos fatores que estão relacionados à sua execução, dentre os quais, os atores envolvidos, as suas redes, suas relações com o poder público, a atuação dos burocratas responsáveis pela implementação, as formas diversas de viver a cidade.

Essas preocupações indicaram novas possibilidades para a pesquisa, com atenção para caminhos capazes de evidenciar outras formas de interpretar e viver a cidade. Amparando-se em uma abordagem relacional, nossa investigação passou a considerar a agência dos atores do território, suas redes sociais e instituições. Assim, nosso olhar se dirigiu às tensões, disputas e resistências, decorrentes da normatização prevista na formulação das políticas habitacionais, e os modos de existência de grupos populacionais de baixa renda. Pressupondo que, nesse processo, os territórios habitados vão sendo constantemente produzidos e modificados pelos atores e pelas normas das políticas públicas que buscam discipliná-los. Passamos a dialogar criticamente com estudos focados numa ideia utópica de cidade, contida na perspectiva do "direito à cidade" e da cidade-norma. E, numa outra direção, afirmamos uma perspectiva que propõe um olhar para a cidade que está sendo construída e significada pelos atores periféricos que nela habitam. Pressupondo que os territórios nos quais as políticas públicas são implementadas não constituem um ambiente passivo ou um território-receptáculo, pois são constantemente produzidos e modificados pelos atores, em suas vivências cotidianas, e pelas normas das políticas públicas que buscam discipliná-los.

Assim, sugerimos perceber a cidade através dos modos de habitá-la. Com base na experiência de grupos que ocupam as margens urbanas em contextos precarizados, marcados por uma urbanização informal, procuramos desvelar as formas (criativas) de produção do território e da memória; ou seja, os modos de “fazer cidade” (AGIER, 1999; 2011). Nesta dinâmica, nos interessa entender o universo de relações nos quais os ocupantes das margens estão inseridos para produzir suas vidas; tanto no “local”, quanto em termos das relações institucionais com o poder público e o mercado.

Situamos a investigação no diálogo com os estudos urbanos nos termos de Agier (2011), que interpreta a cidade não como uma dimensão externa aos habitantes e tampouco numa perspectiva individualizante. Para Agier, deve-se “emancipar-se de qualquer definição normativa e a priori de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda a parte, trabalhando para descrever o processo” (AGIER, 2011, p. 37). Há, assim, um movimento chave de pensamento, que nos incita a deslocar a pergunta a respeito de “o que é a cidade”, onde a categoria “cidade” é entendida como um objeto universal e a priori, para o questionamento a respeito de “o que faz cidade”, um significante em construção que, a depender dos sentidos que recebe, adquirirá significados distintos, que necessitam ser reconstituídos pela observação empírica.

**RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMATICA**

Ao pesquisar as práticas e os significados que os beneficiários das políticas habitacionais criam na experiência de habitar a cidade, reforçamos o protagonismo dos usos na qualificação dos espaços e denunciamos as arbitrariedades de ações de projeção da cidade referenciadas em pressupostos teóricos e conceituais que não se vinculam às perspectivas construídas na experiência vivida. Nessa direção, propomos um olhar para os modos de fazer a cidade, no qual as políticas habitacionais colocam-se como uma proposta ativa no léxico das perspectivas que referenciam a experiência de habitação das populações de baixa renda nas cidades. A ideia é que os sentidos de “moradia”, contidos nos projetos habitacionais, se objetivam nas relações de poder com outras perspectivas de “moradia”, constituídas na experiência de habitar a cidade.

**REFÊRENCIAS.**

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

DUBOIS, Vincent. **La vie au guichet**. Relation administrative et traitement de la misère. Paris: Economica Etudes Politiques, 2010.

HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2007.

FAVARETO, Adilson et al. Territórios importam: bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

LOTTA, Gabriela. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, 26(66), pp.145-173. DOI: 10.1590/1678-987318266607, 2018.

\_\_\_\_\_\_\_; COSTA, Maria Izabel Sanches. Uso de categorizações políticas e sociais na implementação de políticas: contribuições teóricas e analíticas. **Revista Sociologia e Política**, v. 28, e004, 1-20, 2020.

REIS, José. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**. FAPERJ, v. 13, n. 1, p. 51-74, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_. Território e políticas do território: a interpretação e a ação. **Finisterra**, v. 50, n. 100, p. 107-122, 2015.